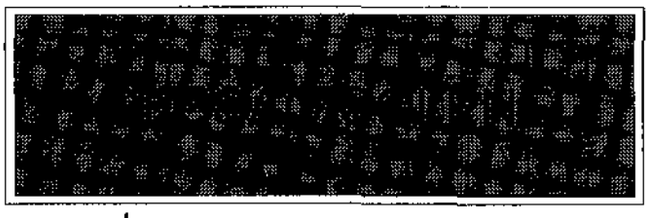
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA



52 laudas

NÚMERO: 2ª

ASSUNTO: "CAMPANHA DA PATERNIDADE 2002"

DATA: 21.02.2002

HORA: 10H40 MIN.

LOCAL: CLC) F

CÂMARÁ LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

ATA DA 2ª (SEGUNDA)

SESSÃO SOLENE PARA LANÇAMENTO DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2002 - "FRATERNIDADE E POVOS INDÍGENAS",

EM 21 DE FEVEREIRO DE 2002.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Maninha e Wilson Lima

LOCAL: Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 10 horas e 40 minutos

TÉRMINO: 12 horas e 59 minutos

1 - ABERTURA

Presidente (Deputada Maninha):

Realiza-se nesta data a sessão solene para lançamento da Campanha da Fraternidade 2002 - "Fraternidade e Povos Indígenas".

2 - COMPOSIÇÃO DA MESA

- PRESIDENTE DA SESSÃO E AUTORA DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO, Deputada Maninha;
- PRESIDENTE DA SESSÃO, LÍDER DO PSD E CO-AUTOR DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO, Deputado Wilson Lima;
- CARDEAL-ARCEBISPO E CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA, Dom José Freire Falcão;
- BISPO EMÉRITO DE BARRA DO GARÇAS - MATO GROSSO, Dom António Sarto;
- PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE BRASÍLIA, Hélio José da Silva;
- COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS EXTERNOS DA FUNAI, Cid Furtado Filho.

3 - PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO WILSON LIMA, co-autor do projeto de decreto legislativo.

- Refere-se à mensagem do Papa João Paulo II, por ocasião da Quaresma, na qual afirma que a presença do Evangelho no continente norte-americano não significou a equidade na distribuição dos bens da terra.

- Descreve a história do extermínio dos povos indígenas das Américas, especificamente do Brasil.

- Denuncia o assassinato crescente de índios no Brasil.

- Discorre sobre o significado da terra para os povos indígenas, destacando que, para eles, a luta pela terra é a luta pela própria vida.

- Ressalta o papel das igrejas missionárias na defesa desses povos.

- Expõe os objetivos da Campanha da Fraternidade deste ano.

- Salienta as contribuições dos povos indígenas para a construção do Brasil.

- Cita parte do depoimento de um jovem índio durante a missa comemorativa dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, em Coroa Vermelha, Bahia.

- Lamenta a repressão policial contra os índios que marcou esse evento.

- Exalta a sua ascendência indígena,

DEPUTADA MANINHA, presidente da sessão e autora do projeto de decreto legislativo.

- Descreve a influência da Igreja Católica em sua vida, desde a infância.

- Ressalta o desempenho dessa Igreja ao longo da História do Brasil, a favor da justiça social e contra a ditadura.

- Destaca a interferência sociopolítica da Igreja Católica na sociedade brasileira, resultado das Campanhas da Fraternidade.

- Enfatiza que um dos objetivos da Campanha deste ano é a implementação do Estatuto dos Povos Indígenas.

- Relata a disseminação dos índios no curso de nossa História, fato que ainda está ocorrendo.

- Lembra que, apesar de a Constituição Federal de 1988 garantir o direito dos índios às terras, este direito ainda não se concretizou por falta de legislação complementar.

- Refere-se à Assembleia Nacional dos Povos Indígenas, realizada em abril do ano passado.

- Assevera que, ao invés de aculturar os índios, devemos aprender com eles.

- Propõe a união da sociedade em favor da aprovação do Estatuto e a criação de uma rede de aliados, entre os quais se inclui a Câmara Legislativa.

- Lamenta o assassinato do índio pataxó Galdino ocorrido há cinco anos, em Brasília.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG, em nome do PSB.

- Discorre sobre a história de desrespeito à cultura indígena em nosso País.

- Acredita que a diversidade da cultura brasileira, em virtude das influências européia, indígena e negra, deve ser preservada e estimulada.

- Assevera que a discriminação fica evidente ao constatarmos que a população mais pobre do País é justamente a dos índios e dos negros.

- Registra a sua adesão à Campanha da Fraternidade e conclama todos os que desejam construir um País mais justo e igualitário a assumirem um compromisso diuturno com a valorização da diversidade cultural.

DEPUTADO WASNY DE ROURE(PT)

- Declara que, apesar de ser evangélico, sente apreço por essa iniciativa da Igreja Católica - a promoção de Campanhas da Fraternidade.

- Expressa a sua indignação com as autoridades e o Governo Federal, que se omitem no trato dos problemas dos índios brasileiros.

- Conclama a sociedade brasileira a tomar uma posição política clara frente aos povos indígenas.

DEPUTADO NIJED ZAKHOUR(PMDB)

- Revela os principais motivos que o levam a parabenizar a CNBB por essa Campanha da Fraternidade: a coragem de trazer um tema tão difícil à tona e o propósito da Campanha de lutar "por uma terra sem males".

SEBASTIÃO TERENA, representante da comunidade indígena.

- Atesta que os 215 povos indígenas do Brasil estão unidos com a Campanha da Fraternidade para lutar contra a exclusão e a falta de perspectiva de vida dos índios brasileiros.
- Lamenta a mortandade dos índios ao longo desses 500 anos de História do Brasil, em particular o assassinato recente do pataxó Galdino.

HÉLIO JOSÉ DA SILVA, presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília.

- Cita a Lei de Combate à Corrupção Eleitoral como um exemplo de resultado prático de uma Campanha da Fraternidade.
- Entrega à presidente da sessão um livro que retrata o processo de elaboração e aprovação da referida lei.
- Comenta o texto-base da Campanha deste ano.
- Ressalta as finalidades da Campanha.
- Descreve a cultura e as relações sociais dos povos indígenas.
- Informa que, em consequência do encontro de especialistas do CIMI e da CNBB no dia 2 de fevereiro passado, será lançado um segundo caderno da Campanha.
- Conclama os presentes a apoiarem o abaixo-assinado pela aprovação do Estatuto do índio que tramita no Congresso Nacional.
- Espera que o lançamento das Campanhas da Fraternidade passe a integrar o calendário de eventos da CLDF.

CID FURTADO FILHO, coordenador-geral de Assuntos Internos da FUNAI.

- Testifica a adesão da FUNAI à Campanha.
- Enfatiza a importância de divulgar e discutir a questão do índio no Brasil.

EGON DIONÍSIO, secretário-executivo do CIMI.

- Contrasta a situação dos índios pataxós que aqui fizeram uma apresentação artística com a dos pataxós do Monte Pascoal, em Sebastião do Caí, que estáo cercados por pistoleiros.
- Defende a regulamentação do Estatuto dos Povos Indígenas,
- Pede aos parlamentares e à Igreja de Brasília que apoiem a luta dos índios de forma mais concreta.
- Discorre sobre o papel do CIMI nesses trinta anos em que esteve à frente do trabalho de solidariedade aos índios.

JOÁO DE DEUS GABRIEL

- Faz a leitura da mensagem de Dom Raymundo Damasceno Assis, secretário-geral da CNBB.

DOM JOSÉ FREIRE FALCÃO, cardeal-arcebispo e Cidadão Honorário de Brasília.

- Agradece aos Deputados Wilson Lima e Maninha a iniciativa de lançar a Campanha da Fraternidade 2002 nesta Casa.

4 - COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

- Registra as comunicações dos Deputados Lúcia Carvalho e Chico Floresta que não puderam comparecer à sessão.

- Lê a mensagem de Laís Adele, presidente da Bienal Indígena das Américas.

- Informa que será apresentado requerimento para que a Campanha da Fraternidade passe a fazer parte do calendário da CLDF.

5 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputada Maninha):

- Declara encerrada a sessão.

M - DETALHAMENTO

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
21 /02/ 02	10h40min	SOLENE	1

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Senhoras e senhores, bom-dia. Em nome do Exmo. Sr. Presidente desta Casa, Deputado Gim Argello, e dos demais Parlamentares desta Casa, damos início à sessão solene para lançamento da campanha da fraternidade 2002 cujo tema é "Fraternidade e Povos Indígenas", por iniciativa da Exma. Sra. Deputada Maninha e do Exmo. Sr. Deputado Wilson Lima, Decreto Legislativo n° 2.070, de 2001.

Convido para compor a Mesa de honra desta sessão solene as seguintes autoridades: para presidir esta sessão, a Exma. Sra. Deputada Maninha, autora do requerimento que propiciou a realização desta sessão; V.Ema. Cardeal-Arcebispo e Cidadão Honorário de Brasília, Dom José Freire Falcão; V.Exa.Revma. Bispo Emérito de Barra do Garças - Mato Grosso, Dom António Sarto; Exmo. Sr. Líder do PSD nesta Casa e autor do requerimento que propiciou esta homenagem, Deputado Wilson Uma; o Sr. Presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília, Hélio José da Silva e o Sr. Coordenador Geral de Assuntos Externos da Funai, Cid Furtado Filho.

Convidamos as senhoras e os senhores presentes para entoarmos o Hino Nacional.

(Hino Nacional.)

Registramos ainda as seguintes presenças:

Paulo Machado Guimarães, Maria José dos Santos Freitas, Maria Rosilda Ribeiro, Maria Ferreira G. Sousa, Eliana Alves de Campos, Valdemar dos Santos Silva, Cilma Azevedo, Marconi Oliveira da Silva, José

Moreira da Silva, Francisca Maria da Conceição, João Lins de Almeida, Jussara Conceição Lima Soleno Ribeiro, Vera Cíntia L Soleno, Ana Maria Ferreira Barros, Nilza Maria de Jesus Pereira, Clerio Pereira da Silva, Nilza Stolet, Marcos Stolete, Maria Vanda Santana Costa, Albertina G. P. Lopes, Lúcia Emília V. Muniz, Sebastião de Souza Terena, Roberto Xavante, Sebastiana B. Carvalho, Irª. Maria dos Remédios, Francisco de Paula Barros, Inês Santos Moreira, Pe. António Viana, Santa Coutinho de Carvalho, Ana Bambina Teló, Rosset Felicita Maria, Regina Maria C. Andrade, Gonçala Andrade, Antônia W. Fonseca, Celina da Silva Duarte, Maria Edite dos Reis Calixto, Pe. Célio Mattiuzzo, Neusa França, Nei Japur, Pe. Samuel F. Carmo, Verónica Oliveira, Maria das Graças de Sousa, Maria Veroneide Cordeiro, Edson Coelho Pinheiro, Clemilson G. da Silva, Marly de Fátima Cortes dos Santos Machado, Virgílio Leite Uchôa, Maria Gilene Sales Barbosa, Joaquim Adolpho, Hélio Graça Mouta, Yedda Pessoa dos Santos Mouta, Silvana de Souza Moreira, Carlos, Fernando, Lidia Said de Lavor, Carlos Moura, Márcia Maria de Freitas Lima, Egon Dionísio e Sebastião Terena.

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Com a palavra a Exma. Sra. Presidente, Deputada Maninha.

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Declaro aberta a sessão solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal que, em atendimento a requerimento desta Deputada e do Deputado Wilson Lima,

destina-se ao lançamento da Campanha da Fraternidade 2002, realizada pela CNBB.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Deputado Wilson Lima está presente a esta Mesa e tem representado, de maneira honrosa, nesta Casa, o segmento católico que é tão grande no nosso país. O mandato de S.Exa. tem sido em defesa das ações da Igreja. Somo-me ao Deputado Wilson Lima para, neste momento, na Câmara Legislativa da Capital Federal, lançar a Campanha da Fraternidade 2002.

Como católicos, temos orgulho de estar ao lado dessa Igreja que defende os oprimidos, os excluídos e todos os direitos dos cidadãos deste país e do mundo.

Justifico a ausência do Presidente desta Casa, Deputado Gim Argello, porque, em função dos seus compromissos, não pôde estar aqui neste momento, mas me pediu que eu deixasse registrado as suas congratulações e pede desculpas pela sua ausência nesta sessão.

Esta Presidência esclarece que é comum a chegada dos Parlamentares neste plenário durante a sessão. Todos poderão ver que os Deputados, ao longo desta sessão, estarão presentes também para fazerem os seus pronunciamentos.

Passo a palavra ao Deputado Wilson Lima, co-auíor desta sessão.

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
21 /02/ 02	10h40min	SOLENE	4

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

DEPUTADO WILSON LIMA - Exma. Sra. Presidente desta sessão, autora desta homenagem e Primeira Secretária da Mesa Diretora, Deputada Maninha, a quem parabenizo pelas palavras dirigidas a mim. S.Exa. é digna, honesta e defensora de todas as causas sociais nesta Casa. É uma das primeiras Deputadas a se levantar e fazer o seu pronunciamento pela justiça. Peço uma salva de palmas para S.Exa.. (Palmas.)

Eminentíssimo Sr. Cardeal-Arcebispo e Cidadão Honorário de Brasília, Dom José Freire Falcão; Revmo. Sr. Bispo Emérito de Barra do Garças - MT, Dom António Sarto; Sr. Presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília, Hélio José da Silva; Sr. Coordenador-Geral de Assuntos Externos da Funai, Cid Furtado Filho; padres e irmãs presentes; líderes de movimentos religiosos; povo de Deus; comunidade indígena; jornalistas; fotógrafos; senhoras e senhores, o Papa João Paulo II, em uma das suas mensagens para a Quaresma, afirma que a presença do Evangelho no Continente - diga-se de passagem, Norte-americano - não conseguiu oferecer uma equitativa distribuição dos bens da terra.

Observa-se que a própria terra que, em verdade, deveria ser vista como um património comunitário, tem sido incorporada por alguns como um bem privativo, protegido até com milícias particulares.

A presença da Igreja missionária entre os povos indígenas tem sido, entretanto, em muitos lugares, o único instrumento de defesa das comunidades mais pobres, entre as quais destaco aqui hoje, aquelas que, por viverem dramas tão intensos, tornaram-se tema da Campanha da

que queimara, numa única noite, uma aldeia inteira, e que mandara matar, por afogamento, centenas de sobreviventes. Náo satisfeito, informa em sua carta o seguinte: "Mandei outros índios recolherem os corpos e colocá-los ao longo da praia, de forma que, alinhados, tomaram perto de uma légua".

Senhoras e senhores, assustador é o crescimento do número de assassinatos de índios ligados à luta pela terra. Entre 1995 e 1998, segundo dados da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foram registradas 138 mil agressões contra os índios, as quais resultaram num total de 10.385 vítimas. Tais violências foram cometidas por todo tipo de cidadão, pelo Poder Público e até por funcionários da Funai.

Para o Santo Pontífice é dolorosa a situação desses nossos irmãos índios. Paulo II diz que clama diariamente pela justiça do Senhor em favor desses povos.

Senhoras e senhores, é difícil fazer o homem branco entender que o relacionamento dos índios com a sua terra assemelha-se ao modo como o povo hebreu concebia a terra prometida. A terra é o chão de sua história, de sua cultura, de sua coesão e de sua sobrevivência.

Para o homem branco a terra é uma reserva de valor patrimonial. Para o índio, conquistar a terra é perpetuar a existência.

A luta do índio pela terra é, portanto, a luta pela vida. As comissões de direitos humanos no mundo inteiro sabem disso e distinguem exatamente quando a retórica política se sobrepõe às garantias da demarcação da terra indígena. Basta dizer que das 771 áreas indígenas

existentes no Brasil hoje, 68% não têm o procedimento de demarcação concluído. Um grupo dessas áreas não teve sequer o processo demarcatório iniciado.

Apesar de a Constituição Federal de 1988 ter definido que todas as terras indígenas deveriam ser demarcadas no prazo de cinco anos, 519 áreas indígenas aguardam ainda os procedimentos administrativos para a sua legalização e demarcação. É necessário ressaltar o trabalho sacrificado de centenas e centenas de missionários que convivem com perseguições, ameaças e mortes nas áreas indígenas e que reafirmam, numa convivência diária e igualitária, o seu amor e o compromisso da Igreja Católica com os índios.

A Campanha da Fraternidade deste ano propõe-se a lutar "por uma terra sem males", pregando que "retomar a terra é recobrar a esperança" e que criar escolas nas comunidades indígenas é respeitar o jeito de ser índio.

Vamos continuar também lutando por algumas conquistas do "homem branco" que ainda não chegaram às comunidades indígenas, como o direito à assistência adequada a saúde. Vamos continuar pedindo a proteção integral dos territórios dos Povos Livres. Queremos reafirmar aqui o nosso apoio ao fortalecimento da identidade dos Povos Ressurgidos, que nada mais são do que índios que vivem hoje nas cidades em condições miseráveis e que pretendem recuperar seu espaço como Povo Livre.

Senhoras e senhores, se tivermos a corajosa atitude de conhecer e aprender com os povos indígenas, poderemos descobrir caminhos novos que nos levem à construção de uma sociedade mais solidária, democrática e humana. São muitas as contribuições dos povos indígenas na construção do Brasil. A variedade de cultura e de povos vivendo pacificamente é, na verdade, uma das maiores riquezas deste país. Poucos povos no mundo podem orgulhar-se disso, mas é preciso superar os mecanismos da dominação cultural, cujas consequências são dramáticas para os mais fracos.

Finalmente, quero contar rapidamente uma estória que me marcou. No dia 26 de abril de 2000, durante a celebração da missa comemorativa dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, em Coroa Vermelha, na Bahia, o jovem índio Matalauê Paraxó fez um comovente depoimento, que reproduzo aqui em parte: "Quinhentos anos de sofrimento, massacre, exclusão, preconceito, exploração, extermínio dos nossos parentes, aculturação, estupro das nossas mulheres, devastação de nossas terras e matas, que nos tomaram com a invasão da terra... Vocês não se envergonham dessa memória que está na nossa alma e no nosso coração?!"

Todos viram o resultado pela televisão: uma repressão policial vigorosa sobre os representantes das comunidades indígenas que estavam participando daquele evento colonizador.

Como podem ver, senhoras e senhores, tenho sangue de índio correndo pelas minhas veias. Não apenas eu, mas a maior parte dos brasileiros o tem. Meu bisavô foi pego no laço e forçado a trabalhar. Portanto, agrego à Campanha da Fraternidade o espírito desses povos marginalizados. Repito o desafio de um Cacique Xavante ao dizer que a nossa resposta aos 500 anos de colonização é que não conseguiram nos exterminar.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Registro a presença dos Deputados Wasny de Roure e Nijed Zakhour.

Eu gostaria de esclarecer que o Deputado Paulo Tadeu assumiu o meu lugar na Primeira Secretaria da Câmara Legislativa. S.Exa., que também é católico, justifica sua ausência por estar numa manifestação em prol da Bolsa-Escola, na cidade de Sobradinho, maior base eleitoral de S.Exa.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Parabenizo a Deputada Maninha pelo brilhante trabalho feito na Primeira Secretaria desta Casa.

Concedo a palavra à Deputada Maninha.

DEPUTADA MANINHA - Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Líder do PSB nesta Casa, Deputado Wilson Lima; Sr. Cardeal Arcebispo e Cidadão Honorário de Brasília, Dom José Freire Falcão; Sr. Bispo Emérito

de Barra do Garças - MT, Dom António Sarto; Sr. Presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília, Hélio José da Silva; Sr. Coordenador Geral de Assuntos Externos da Funai, Cid Furtado Filho; Sr. Secretário Executivo da CIMI, Egon Dionísio; Deputado Wasny de Roure; Deputado Nijed Zakhour; comunidade presente, irmãs, senhores párocos, senhoras e senhores, criançada que veio para nos alegrar com o coral, índios presentes, quando optei por ser uma das co-autoras desse decreto legislativo, senti-me muito presente dentro desta campanha, talvez em função da influência católica que recebi de minha família. Às vezes as pessoas me perguntam como uma socialista, comunista, pode ser católica. Eu explico que provenho de uma família católica do interior de Minas Gerais. De acordo com os preceitos católicos, fui batizada, crismada, tornei-me Filha de Maria, coroei Nossa Senhora - talvez por ser a menor da turma, sempre era eu a escolhida para estar presente na coroação - e fui também da cruzada eucarística. Por isso eu me sinto uma católica praticante

A igreja Católica tem desempenhado no Brasil um papel social e político muito importante. Não na política partidária, mas no sentido de interferir na realidade, de combater as injustiças e de acordar o povo brasileiro para a necessidade de lutar pelos seus direitos e pela sua cidadania.

Quem não se lembra do trabalho das comunidades eclesiais de base, numa época em que toda atividade política era reprimida? Ou de

membros progressistas do clero que combatiam a violência da ditadura militar contra os seus oponentes?

A abertura política veio, embora estejamos ainda longe de viver uma democracia plena onde as pessoas têm direito a voz e têm acesso à saúde, à educação, à segurança, à moradia e a todas as condições necessárias para uma vida digna.

A atividade da Igreja deixou de chamar atenção, mas nem por isso segmentos expressivos do catolicismo, inclusive sua mais alta hierarquia, deixaram de se preocupar com a realidade de grande parte da população do mundo inteiro. No Brasil, um dos principais veículos para a interferência da Igreja Católica na realidade do povo brasileiro tem sido a Campanha da Fraternidade, evento que vem se repetindo anualmente desde 1964, nos quarenta dias que antecedem a Páscoa. Inicialmente, voltada às questões internas da Igreja, após alguns anos, a Campanha da Fraternidade passou a abordar temas sociais e políticos, como os direitos humanos, a situação das pessoas que vivem nas ruas e as drogas.

Ao enfocar os índios, a CNBB procura reparar o processo de dominação e de aculturação realizado pelos evangelizadores à época do descobrimento. Em 2000, a Conferência oficialmente pediu desculpas aos índios por ocasião das comemorações dos 500 anos do Brasil. Agora, com o lançamento da Campanha da Fraternidade, o clero brasileiro se propõe a provocar o engajamento de toda a comunidade católica na luta pelos direitos dos povos indígenas. E mais, pretende levar essa discussão à população

brasileira de um modo geral por meio da mídia, promovendo abaixo-assinados, pressionando o Congresso Nacional e as autoridades federais a votarem e implementarem a proposta do Estatuto dos Povos Indígenas consolidada durante a assembleia que os índios brasileiros realizaram em abril do ano passado.

Quando os exploradores portugueses chegaram ao Brasil, no início do século XVI, cinco a dez milhões de índios viviam no país e falavam centenas de línguas diferentes. O processo de colonização, as doenças para as quais os índios náo tinham resistência biológica, as tentativas de escravização e as guerras pela posse e uso das terras ocupadas pelos povos indígenas resultaram num verdadeiro massacre.

Hoje, a população indígena restringe-se a 350 mil pessoas que vivem em comunidade e a cerca de 192 mil que moram nos grandes centros urbanos. Eles representam mais de 245 etnias, que falam pelo menos 185 línguas diferentes. Esses índios resistem, apesar de tudo. Mas a imensa riqueza cultural e o acervo de conhecimentos e de vivências que esses povos têm a nos ensinar podem acabar, se não houver empenho da sociedade e do poder público para garantir a posse das terras que habitam e a preservação da sua cultura original.

Os índios continuam sendo ameaçados por fazendeiros que invadem as terras daqueles, por empresas de mineração, por madeireiras, pelo que não hesita em abrir estradas e construir barragens em terras indígenas e pela convivência com a população não-índia, que se apodera da

cultura do índio e que pode provocar epidemias capazes de dizimar povos inteiros.

Com a finalidade de garantir a preservação dos povos indígenas no Brasil, a Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito dos índios às terras que, tradicionalmente, vinham ocupando e o usufruto das riquezas dos solos, rios e outros recursos naturais nelas existentes, salvo situações específicas dependentes de autorização do Congresso Nacional, como a mineração. O texto constitucional, no entanto, carece até hoje de legislação complementar para que possa se traduzir em prática e substituir o velho estatuto do índio, aprovado em 1973.

Durante mais de dez anos, a partir de 1990, os representantes indígenas vêm se mobilizando para fazer aprovar o novo estatuto. Vários projetos e leis relacionados à questão tramitam no Congresso Nacional. As comemorações dos 500 Anos do chamado "descobrimento" deram maior visibilidade às reivindicações dos índios. Durante a conferência dos povos indígenas, realizada em Coroa Vermelha, na Bahia, o Presidente Fernando Henrique tentou conquistar a opinião pública com uma proposta de estatuto que não representava os reais interesses dos povos indígenas. Veio em seguida o substitutivo do Deputado Luciano Pizato que igualmente não obteve a legitimação dos índios. O substitutivo, pelo contrário, só representa os interesses do grande capital empresarial. O processo de mobilização culminou com a Assembleia Nacional dos Povos Indígenas, realizada em abril do ano passado. Nela se aprovou a proposta do estatuto que queremos

ver aprovado pelo Congresso Nacional. A escolha do tema Fraternidade e Povos Indígenas para a campanha da fraternidade do ano 2002 é mais do que oportuna. Ela coroa todo esse movimento em favor da efetivação de uma legislação que culmine na demarcação das terras ocupadas pelos índios, na proteção dos bens indígenas de valor artístico, histórico e cultural, na aquisição de direitos sobre as tecnologias e invenções das comunidades indígenas e na garantia de participação de seus representantes em todas as instâncias que tratem de questões que lhes digam respeito.

A Igreja Católica demonstra humildade, uma das principais características de Jesus Cristo, revela evolução e se engrandece ao justificar a escolha do tema da Campanha da Fraternidade de 2002 com a afirmação de que, ao contrário de tentar aculturar os índios, devemos aprender com eles.

Na verdade, os povos indígenas têm muito a nos ensinar sobre a sua forma de viver em comunidade distribuindo igualmente entre todos os membros a riqueza acumulada e tomando decisões de forma democrática. Isso sem falar na imensa riqueza cultural e no conhecimento profundo que os índios possuem da natureza e do uso de seus recursos de forma não predatória, em benefício da saúde e de outras necessidades do ser humano.

A Igreja Católica comanda, neste momento, um movimento que deve ser de toda a sociedade brasileira, independentemente de religiões e de partidos, a fim de que resgatemos a imensa dívida social para com os primeiros habitantes de nosso País. A Igreja reconhece desta forma a

necessidade de se criar uma verdadeira rede de aliados a essa causa e assume o seu papel transformador em direção a uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. As lutas dos índios são a luta de todas as minorias e de todos os excluídos que formam a maioria da população brasileira.

Como representante do povo de Brasília, Capital Federal e centro das decisões políticas deste país, cidade onde o pataxó Galdino Jesus dos Santos foi barbaramente assassinado há quase cinco anos, a Câmara Legislativa tem orgulho de se inserir nessa rede de aliados em busca da aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas contra o preconceito e pela valorização dos nossos índios, a quem devemos muito mais do que àqueles que julgam ter descoberto o Brasil.

Parabéns à CNBB, à Comissão de Justiça e Paz, às entidades e a todos os índios que têm resistido. Ninguém mais do que vocês têm o direito a usufruir das riquezas do nosso país. Parabéns à Igreja pela Campanha da Fraternidade de 2002.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Para corrigir uma falha que cometemos, quero convidar, para compor a Mesa, o Sr. Egon Dionísio, Secretário Executivo da CIMI. (Palmas.)

(Assume a Presidência a Deputada Maninha.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Quebraremos o protocolo desta solenidade, com o intuito de assistir à apresentação do coral do padre Roque, com certeza ela encantará todo o plenário aqui presente.

(Apresentação musical.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Vamos dar continuidade à nossa sessão.

Estão presentes três Deputados. S.Exas. fizeram um acordo sobre quem será o primeiro a falar. Falarão o Deputado Rodrigo Rollemberg, Líder do PSB nesta Casa; o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Nijed Zakhour, respectivamente.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Exma. Sra. Presidente desta sessão e autora do requerimento que propiciou a realização desta homenagem, Deputada Maninha; Exmo. Sr. Cardeal Arcebispo e Cidadão Honorário de Brasília, Dom José Freire Falcão; Reverendíssimo Bispo Emérito da Barra das Garças, em Mato Grosso, Dom António Sarto; Exmo. Sr. Líder do PSD e também autor do requerimento que propiciou a realização desta sessão, Deputado Wilson Lima; Sr. Presidente da Arquidiocese de Brasília, Hélio José da Silva; Sr. Coordenador-Geral de Assuntos Externos da Funai, Cid Furtado Filho, prezados Deputados Wasny de Roure e Nijed Zakhour, a quem agradeço a compreensão e a generosidade por terem permitido que eu falasse em primeiro lugar, peço desculpas a todos, pois, após meu discurso, terei de retirar-me, pois tenho um compromisso marcado para o meio-dia.

Quero iniciar minha fala cumprimentando a Deputada Maninha e o Deputado Wilson Lima pela iniciativa de propor esta sessão. Cumprimento

todos os presentes, especialmente os representantes da CNBB - parabéns pela escolha do tema da Campanha da Fraternidade deste ano - e dos povos indígenas.

Nós, brancos, temos um perdão a pedir aos povos indígenas. Povo que já habitava este continente quando da colonização. Povos de imensa e diversa cultura. Povo que habitava e habita ainda este continente.

A nossa cidade tem sido lembrada, infelizmente, nos últimos dias, por algumas manifestações infelizes da nossa autoridade local maior, o qual demonstra desrespeito a um dos povos responsáveis pela formação da cultura brasileira.

O maior orgulho do nosso Brasil é exatamente a diversidade étnica, oriunda da contribuição indígena, europeia e negra. Essas raças nos proporcionaram as imensas riqueza cultural e diversidade das quais nos orgulhamos e que estão presentes em todas as manifestações da cultura brasileira, da culinária à música, do folclore à cordialidade do povo brasileiro. Certamente essa diversidade deve ser não apenas preservada como também promovida e estimulada. Isso só poderá ser feito se reconhecermos o papel colonizador exercido pelos brancos, os crimes cometidos ainda hoje contra a população indígena do nosso país e a desigualdade, não a proveniente da diversidade, mas a advinda do trato igual a pessoas diferentes.

Tanto a população indígena quanto a negra compõem os segmentos mais pobres da população, porque não tiveram, ao longo da

história, oportunidades iguais. Temos de reconhecer isso para então podermos tomar a decisão política e corajosa de mudar a realidade de nosso país.

A Igreja Católica com seu gesto de fraternidade aos povos indígenas aponta, de forma corajosa, para o país que queremos construir no início de um novo século. Trata-se de um país que tenha orgulho de sua riqueza cultural, de todos os povos responsáveis pela formação do povo brasileiro e das características de nosso povo, oriundas de um processo de mestiçagem ocorrido ao longo de centenas de anos da nossa história.

Fica aqui o registro de minha posição, como católico e como Presidente do Partido Socialista Brasileiro, da importância deste ato, desta solenidade. Entendo que ela apenas marca o início de um compromisso que deve ser levado adiante diária, diuturna e permanentemente por todos os que querem construir um país justo, solidário, generoso e, por isso, democrático e socialista.

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Agradecemos a presença de Laisa Derne, Presidente do Instituto Bienal Indígena das Américas.

Temos aqui uma exposição do Tuco, artista plástico indígena da etnia Gavião do Maranhão. Convido todos a prestigiar a arte desse índio que nos honra com sua presença neste momento.

Registro uma mensagem encaminhada pela Deputada Lúcia Carvalho: "Com felicidade parabenizo a iniciativa da sessão de abertura da

Campanha da Fraternidade. Infelizmente náo posso estar presente, mas entendo que a inserção da Igreja nos temas polêmicos da sociedade é importante para mobilizar e conscientizar a sociedade em torno desse tema.

Cumprimento a Deputada Maninha, o Deputado Wilson Lima e, em especial, o representante da CNBB, Cardeal Arcebispo de Brasília, Dom José Freire Falcão, e todos aqueles que vieram para esta sessão.

Lúcia Carvalho, Deputada pelo PT."

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Exma. Sra. Presidente desta sessão e autora da proposição que originou esta sessão, Deputada Maninha; Exmo. Sr. Cardeal Arcebispo e Cidadão Honorário de Brasília, Dom José Freire Falcão; Reverendíssimo Sr. Bispo Emérito de Barra do Garça - MT, Dom António Sarto; Exmo. Sr. Líder do PSD desta Casa, autor do requerimento que propiciou esta homenagem, Deputado Wilson Lima; Sr. Presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília, Hélio José da Silva; Sr. Coordenador Geral de Assuntos Externos da FUNAI, Cid Furtado Filho; Sr. Secretário Executivo da CIMI, Egon Dionísio; senhoras e senhores, padres presentes, lideranças das comunidades indígenas e de diversas ONG's presentes, para nós, do Partido dos Trabalhadores, é motivo de extremo orgulho ter nesta Casa o lançamento da Campanha da Fraternidade. Este é um dos poucos momentos de alegria, de riqueza política e de discussão nesta Casa, tendo em vista o atual estado de subserviência do Poder Legislativo de Brasília.

Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
21 /02/ 02	10h40min	SOLENE	20

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

Gostaria de ressaltar o meu profundo apreço por essa iniciativa da CNBB nas Campanhas da Fraternidade. Não sou católico, sou evangélico, mas tenho um grande apreço pela contribuição que a igreja presta ao cenário social brasileiro.

Quero aqui destacar o papel do CIME. Creio que a CNBB, ao propor essa temática, não apenas valoriza o papel histórico do CIME. A nossa nação é cúmplice de um processo impressionante de mortandade de comunidades indígenas. Registro, portanto, os meus respeitos ao CIME pela luta incessante que tem travado contra esse fato.

Registro também a iniciativa da Survival, entidade internacional que fez recente denúncia a várias instituições de direitos humanos, inclusive às Nações Unidas, contra os recentes fatos ocorridos em nosso país com relação a comunidade indígena do Maranhão.

Cumprimento a Deputada Maninha, companheira de luta, que tem demonstrado compromisso com a sociedade brasileira, em particular com os excluídos.

Cumprimento, também, o Deputado Wilson Lima, pela sensibilidade de trazer questões tão relevantes ao nosso plenário.

Não quero me estender porque os pronunciamentos do Deputado Wilson Lima e da Deputada Maninha delineiam, de maneira muito precisa, o momento que vivemos.

Quero apenas chamar a atenção para um ponto. Estamos vivendo o grande debate para a renovação do poder político federal do nosso país este ano. É importante que essa temática seja apresentada.

É importante, também, que a sociedade avalie a questão das terras indígenas. Chega de fazer publicidade em cima de projetos sociais que não existem em nossa sociedade. O que hoje acontece com a cultura e com o povo indígena deveria envergonhar as nossas autoridades. Estas terão de responder para o povo brasileiro, como se posicionou frente à comunidade indígena em vez de reafirmar mais um elemento apaziguador, sem "por a mão na ferida", sem apresentar uma proposta, sem levar em conta a avaliação da sua postura durante oito anos de governo. Desta maneira, a comunidade brasileira fará um mea-culpa e assumirá a sua cumplicidade nesse processo histórico vergonhoso.

Não adianta apenas fazer denúncias! Não adianta realizar sessões! Não adianta fazer cartazes! É necessário, neste momento de decisão política, que a sociedade brasileira saiba claramente de que lado estará marchando nos próximos anos.

Eu sonho com um país diferente. Eu sonho com um país não apenas para os meus filhos, mas eu sonho com um país para as futuras gerações, para que elas possam sentir orgulho de nós. Que saibam que assumimos nossa responsabilidade, nossa cumplicidade, mas que enfrentamos a luta.

Parabéns à CNBB, parabéns ao CIMI, do mais íntimo do meu coração, pela história que vocês têm construído com sangue e dor. Parabenizo ainda meus colegas Parlamentares que nos permitem sentir orgulho por esta sessão.

Parabéns, Deputada Maninha! Parabéns, Deputado Wilson Lima! Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Concedo a palavra ao Deputado Nijed Zakhour.

DEPUTADO NIJED ZAKHOUR - Bom-dia a todos. Inicio meu discurso cumprimentando e parabenizando os autores do requerimento que propiciou a realização desta solenidade.

Eu não poderia deixar de estar presente a esta sessão, devido a três fatores que mencionarei posteriormente. Serei sucinto em minha falação.

O Deputado Wilson Lima e a Deputada Maninha sempre trazem à Câmara Legislativa do Distrito Federal o que se faz presente não só em Brasília mas também em todo o Brasil. Parabenizo, portanto, a Deputada Maninha e o meu nobre colega, Deputado Wilson Lima, por esta solenidade.

Quero cumprimentar o Reverendíssimo Sr. Cardeal Arcebispo, também Cidadão Honorário de Brasília, Dom José Freire Falcão; o Reverendíssimo Sr. Bispo Emérito de Barra do Garça, em Mato Grosso, Dom António Sarto; o coordenador geral de assuntos externos da Funai, Cid Furtado Filho; o Sr. Secretário Executivo da CIMI, Egon Dionísio; e a nossa

amiga, Maria da Glória Novaes Facin, aqui representando o Padre José, da Paróquia São Pedro de Alcântara, na QI 07 do Lago Sul.

O primeiro motivo que me faz subir a esta tribuna é parabenizar a CNBB pela coragem *e* pela ousadia de trazer à tona um assunto que requer muita coragem. O tema da fraternidade

O primeiro motivo que me faz subir a esta tribuna é parabenizar a CNBB pela coragem e pela ousadia de trazer à tona um assunto que requer muita coragem. O tema da Campanha da Fraternidade se volta à história do Brasil. Creio que, com essa campanha, a Igreja Católica, representada pela CNBB, se mostra corajosa e presente e confronta os nossos problemas de frente. Na Câmara Legislativa do Distrito Federal, podem contar com o meu apoio. Sinto que esse trabalho realmente é de suma importância para o nosso país. Por ser peemedebista, eu náo poderia deixar de representar a nossa bancada, trazendo-lhes as boas-vindas.

Outro motivo que me traz a esta tribuna é o objetivo do tema: "por uma terra sem males". Quando a CNBB enfatizou e buscou o tema da campanha de 2002, contemplou uma terra sem males. Isso deve ser fruto da interpretação do que as entidades eclesiásticas deste país interpretaram como a razão do sofrimento do índio e da injustiça que contra ele se comete.

Eu venho do Oriente Médio, região habitada há milhares de anos. Conheço também todo o Brasil. Viajei pelo País e conheço-o de norte a sul, de leste a oeste. Sei que é ainda uma terra virgem. É difícil para uma pessoa

de minha origem - venho de uma terra com milhares de anos de civilização - entender por que uma terra com apenas quinhentos anos sofre tantos males.

Os males estão na tentativa de aniquilar um ao outro. Os males estão na tentativa de não caberem no mesmo espaço pessoas com direitos iguais. Os males estão exatamente no fato de as pessoas não aceitarem conviver umas com as outras. Os males se originaram talvez numa base fundamentada de forma errada com relação ao individualismo.

Em 2002, o tema enfocado pela Campanha da Fraternidade tem por objetivo tirar os males do Brasil. Isso me alegra o coração, me faz estar presente e até disposto a acompanhar o movimento com toda a minha força. Creio que podemos tirar os males deste país. Nós cristãos aprendemos a seguinte lição na Bíblia Sagrada: o perdão é a única maneira pela qual é possível tirar os males.

Srs. promotores da Campanha da Fraternidade 2002, tenho certeza de que este tema vai revolucionar o Brasil. Muitos males serão extirpados no momento em que a coragem e a disposição começarem a enfrentá-los.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Registro a comunicação do Deputado Chico Floresta, Líder do Partido dos Trabalhadores. S.Exa. lamenta a ausência e se congratula com os Deputados que solicitaram a realização desta sessão, com a CNBB, com o CIME e com os representantes dos povos indígenas aqui presentes.

Agradeço a presença dos índios pataxós do sul da Bahia.

A Sra. Laís Adele, Presidente da UART, Bienal Indígena das Américas, remeteu-nos a seguinte mensagem: "A Comissão de Organização da Primeira Bienal Indígena das Américas, que ocorrerá em Brasília de 3 a 26 de agosto de 2002, quer aqui se manifestar para agradecer a Deus pela Campanha da Fraternidade de 2002: Pelos Povos Indígenas e por uma Terra sem Males. Queremos agradecer também à Câmara Legislativa do Distrito Federal pelo apoio à Primeira Bienal, por meio de uma emenda orçamentaria aprovada. A Bienal reunirá os nossos povos e também outros povos das Américas Latina, Central e do Norte".

Neste momento, assistiremos à apresentação dos índios pataxós atoré.

(Apresentação indígena.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Agradecemos a apresentação dos Pataxós Aterê.

O Sr. Sebastião Terena, em nome da comunidade indígena, terá dois minutos para fazer a sua intervenção no microfone do plenário.

SR. SEBASTIÃO TERENA - Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, juventude salesiana, somos 215 povos que representam este país chamado Brasil. Vou falar um pouco na minha língua.

Pergunto a todos se entenderam alguma coisa do que falei. (Pausa) Esta é uma das grandes riquezas que temos neste país: a nossa língua. Agradeço ao Cardeal Arcebispo de Brasília, Dom José Freire Falcão;

à Exma. Sra. Deputada Maninha, companheira de lutas; ao Secretário-Executivo da Cimi, Egon Dionísio; ao Deputado Wilson Uma; ao representante da Funai, Cid Furtado, e ao demais Parlamentares e autoridades.

Quando vejo essa juventude, penso nas crianças indígenas que estão nas aldeias. Hoje está sendo lançada uma campanha que, para nós, é de importância fundamental. Vamos abraçar essa causa. Junto com vocês precisamos melhorar este país porque sofremos 500 anos sem uma perspectiva de vida, com exclusão social. Nessa campanha estaremos juntos: os 215 povos estarão com vocês para que possamos trabalhar juntos e melhorar este país.

Quando se fala na morte do Pataxó Galdino, isso toca em mim também porque ele foi um companheiro de luta, assim como vários líderes que foram assassinados durante esses 500 anos.

Agradeço à Deputada Maninha pela sua iniciativa e também ao Deputado Wilson Lima, que não conhecia. Estamos abertos para discutir sobre a questão indígena junto com o Cimi e com a CNBB, que para nós é importante nessa caminhada. A Igreja Católica está fazendo muito pelos povos indígenas, não só do pantanal mato-grossense. No meu Estado, Mato Grosso do Sul, essa campanha também foi lançada e estamos abraçando isso juntamente com as seis etnias que existem nesse Estado.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
21 /02/ 02	10h40min	SOLENE	27

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

Agradeço mais uma vez. Estão presentes as etnias representadas pelo Gavião, pelo povo Xavante, pelos Pataxós. Muito obrigado a vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Ouviremos agora as palavras do Sr. Presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília, Hélio José da Silva.

SR. HÉLIO JOSÉ DA SILVA - Depois de ouvir tantas mensagens, tantos pronunciamentos significativos, simbolizo os meus cumprimentos nas entidades aqui representadas que se preocupam, de longa data, com os povos indígenas. Está aqui o Dr. Egon e o pessoal da Funai. Em especial, peço licença à Mesa para cumprimentar os representantes dos povos indígenas que estão aqui. De fato, essa campanha só terá sentido se vocês perceberem que ela existiu.

Estamos na Câmara Legislativa para o início da Campanha desde 1996. Naquela ocasião, para alguns foi quebrado um tabu porque o tema apresentado foi "Fraternidade e Política". Nessa ocasião, chegamos com o intuito de ter uma sessão semelhante a esta e fomos recebidos pela atual Presidente que havia tomado tomou a iniciativa de realizar a sessão, a exemplo dos outros Parlamentares que a sucederam. Começou com o Deputado Geraldo Magela, depois veio a Deputada Lúcia Carvalho, o Deputado Tadeu Filipelli, o Deputado Wilson Uma, o Deputado Renato Rainha e hoje, novamente, temos os Deputados Maninha e Wilson Lima, que apresentaram o requerimento que possibilitou a realização desta sessão

solene. Todos os Parlamentares desta Casa fizeram com que esta solenidade acontecesse e que agora pudéssemos ter esta oportunidade.

Muito se cobra, às vezes, dos resultados das Campanhas da Fraternidade. A campanha é um processo de formação e de educação, um processo que tem seu tempo de maturação, pois trabalha com consciência, com opiniões e com pessoas.

Porém, há momentos em que temos a oportunidade de caracterizar resultados práticos. Esses comentários que estou fazendo para, logo em seguida, entrar especificamente no tema da Campanha da Fraternidade deste ano, servem para mostrar aos senhores que temos, sim, resultados práticos com as Campanhas da Fraternidade.

Quero citar essencialmente um resultado do qual toda a população brasileira participou. Nós de Brasília, em especial, demos nossa contribuição. Trata-se da Lei de Combate à Corrupção Eleitoral, aprovada em tempo recorde pelo Congresso Nacional, fruto de uma iniciativa a partir das reflexões e ações decorrentes da Campanha da Fraternidade de 1996, que tinha por tema "Fraternidade e Política". Mais de um milhão de pessoas assinaram aquele projeto de lei de iniciativa popular, tendo sido, posteriormente, aprovada a Lei de Combate à Corrupção Eleitoral. Essa lei está em vigência e, até então, não teve eficácia aqui no Distrito Federal, pois as eleições não ocorreram. Agora, neste ano eleitoral de 2002, acreditamos que essa lei poderá significar um referencial, porque já foi declarado que as

sociedades brasileira e a brasiliense, em especial, não suportam, não querem e não aceitam comportamentos que levem à corrupção eleitoral.

A Campanha da Fraternidade não é exclusivamente para católicos, mas para a sociedade. Esta Câmara, naturalmente sendo uma Casa Legislativa e democrática, a caixa de ressonância da sociedade, traduz-se no ambiente natural para trazermos essas propostas e questões a fim de que se possa assumir, com atitudes, gestos, iniciativas e ações, as verdadeiras iniciativas em prol de se contribuir para a resolução da problemática abordada pelas Campanhas da Fraternidade.

Neste momento, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília faz um apelo: que os partidos políticos aqui representados e os Parlamentares que exercem seus mandatos nesta Casa sejam os primeiros responsáveis pela promoção de um processo eleitoral em 2002 de tal modo que haja a possibilidade de se apresentar propostas, discutir ideias e chegar a conclusões, possibilitando ao eleitor que possa formar a sua convicção. Não se admite um processo eleitoral em que possa haver a sensação de insegurança. É necessário conviver com ideias contrárias para que os eleitores possam perceber todas as propostas e, assim, termos uma eleição que reflita aquilo que a sociedade quer.

Por isso, quero abrir um pequeno parênteses para entregar à Exma. Sra. Presidente desta sessão solene, Deputada Maninha, representado o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Gim Argello, este livro que consubstancia todo o

processo de elaboração e aprovação da Lei n° 9.840, a chamada Lei de Combate à Corrupção Eleitoral.

(Entrega da obra à Sra. Presidente.)

SR. HÉLIO JOSÉ DA SILVA - Estamos aqui hoje para refletirmos com maior profundidade sobre esse tema da Campanha da Fraternidade de 2002, "Fraternidade e Povos Indígenas: em busca de uma terra sem males". Já se fez chegar a todos os Parlamentares da Câmara Legislativa o texto-base dessa campanha. É um documento ímpar e abrangente, por meio do qual se pode refletir sobre todas as propostas que se pretende com essa Campanha da Fraternidade. Aqui em Brasília, também produzimos um pequeno caderno que procura dar ênfase mais específica às questões voltadas para o âmbito da Arquidiocese de Brasília e do Distrito Federal. Esse caderno procura aproximar um pouco mais todo o conteúdo do texto-base e outras orientações dos especialistas. Dessa forma, podemos ter uma informação mais próxima. Esse caderno foi distribuído a todas as comunidades paroquiais, todas as pastorais, movimentos de leigos e algumas outras instituições que participam desse processo conosco.

A Campanha da Fraternidade está acontecendo desde de Quarta-Feira de Cinzas, dia 13 de fevereiro, quando foi aberta dando início ao período quaresmal. Todas as paróquias e comunidades já estão trabalhando e promovendo a Campanha da Fraternidade.

Foi maravilhoso participarmos, no último domingo, na Comunidade São Judas Tadeu, em Taguatinga, quando lá foi lançada

oficialmente pelo Cardeal a Campanha da Fraternidade no âmbito do Distrito Federal.

Eu gostaria de fazer alguns destaques sobre o que contém esse caderno. Primeiro, vou citar o contexto da Campanha da Fraternidade. Por que a CNBB escolheu esse tema "Comunidade de Povos Indígenas em Busca de Terras sem Males"? O processo de evangelização do Brasil já dura quinhentos anos; no entanto, persistem em nosso país muitos pecados, principalmente em relação aos povos indígenas, mostrando-nos necessidade de conversão. Os clamores de justiça feitos pelos povos indígenas são denúncias pública dos nossos pecados. Pedimos perdão aos índios pelos pecados acontecidos desde o início da colonização do Brasil, mas não resgatamos as dívidas sociais que temos em relação a eles. As culturas indígenas têm muito a nos ensinar principalmente em termos de vida comunitária, a respeito da natureza.

Quaresma é um tempo de conversão, de busca de vida nova que só irá acontecer quando promovermos a vida e lutarmos contra tudo que a destrói. Resgato, neste momento, a mensagem que o Santo Padre ofereceu ao mundo todo por ocasião do dia 11 de fevereiro, Dia Mundial do Doente: "Há necessidade de valorização da vida e de defendermos a vida em todos os seus estágios, desde a sua concepção até a sua morte natural!" A partir do Evangelho precisamos descobrir o índio como um irmão que deve ser amado e considerado como tal.

Quais são as finalidades mais específicas dessa Campanha da Fraternidade? Dentre elas, destaca-se: permitir o conhecimento mais amplo dos povos indígenas. Vejam que ele expressou a sua linguagem que é própria e mais difícil de entendê-la, mas há outros aspectos que estão em nosso alcance e precisamos entendê-los e defendê-los com mais propriedade. Possibilitar o envolvimento das comunidades, igrejas, paróquias e famílias na luta pela demarcação e garantia das terras indígenas, que são fundamentais para vivência e dignidade, e pela aprovação de um estatuto para os povos indígenas que leve em conta suas necessidades, propostas e expectativas. Criar uma rede de aliados para exigir ações que favoreçam a vida dos povos indígenas protegendo o meio ambiente, eliminando a miséria, a desnutrição e as doenças. Refletir sobre as raízes do preconceito que marginaliza e diminui os povos indígenas.

Aqui temos que fazer outra ressalva. O rosto de Cristo é o rosto dos marginalizados. A criança abandonada, o negro, o índio ou qualquer um desses que por um acaso ofendemos, seguramente estamos ofendendo o rosto de Cristo. Por isso é necessário informar e subsidiar a reflexão de grupos que possam compreender e entender toda essa temática sobre os povos indígenas.

Aqui em Brasília, a primeira vista, muitos podem continuar a exclamar: qual a relação dos povos indígenas com uma cidade tipicamente urbana? Engana-se aquele que continua nessa posição. Brasília tem uma característica: já aprendeu a conviver com a diversidade. Vieram para cá

pessoas de diversas origens e, com frequência, encontramos pessoas de origem indígena, pessoas indígenas que transitam por Brasília em busca de solução para os seus problemas. Há outros que residem em outras cidades; já estiveram em nossos eventos pessoas de Samambaia e de Brasília. Há esta característica que não está tão distante.

Devemos salientar a riqueza de contribuição que os povos indígenas têm a nos oferecer na área da agricultura ou a característica da sociedade indígena que, no seu estado original, não marca diferenças, principalmente em relação à sua riqueza. Não existe a propriedade da terra tão bem salientada aqui. Chama atenção o amor que o índio tem a esta terra, na medida em que ele a considera uma mãe. Há lideranças indígenas que explicam que assim como a mãe doa os alimentos aos seus filhos, para o índio a terra é considerada a mãe que produz os frutos necessários à sua subsistência.

Também é importante destacar o espírito de comunidade na vida desses povos. São pequenos grupos dependentes uns dos outros. Há solidariedade! É uma sociedade sem classes, a riqueza que começa a se acumular é distribuída e há um menor egoísmo.

Outro aspecto é o sistema político e democrático de decisão. O processo decisório é muito mais democrático do que imaginamos.

Quanto ao respeito às crianças, é espantoso observar o quanto os índios ficam admirados ao encontrarem crianças abandonadas nas cidades.

Também é importante saber ouvir principalmente os mais velhos, as experiências.

Por tudo isso, há uma série de desafios, de caminhos de fraternidade na busca da terra sem males. Já destacamos as possibilidades de trabalho.

Ao longo do processo de animação da Campanha da Fraternidade, a Arquidiocese de Brasília tem conferido oportunidade de melhor aprofundamento sobre a questão indígena. Vários eventos estão sendo promovidos, alguns deles com maior intensidade. No dia 2 de fevereiro passado, tivemos oportunidade de aprofundar com especialistas do CIMI e da CNBB o conhecimento da questão indígena e a busca para pistas e sugestões de ações que fossem elencadas e consubstanciadas no segundo caderno que a Arquidiocese de Brasília, por meio da Comissão de Justiça e Paz, estará distribuindo.

Mas isso só não basta! Como já foi dito, é necessário que vejamos na prática, na eficácia da ação, o resultado dessas iniciativas. Por meio de um abaixo-assinado, buscamos a coleta de assinaturas de pessoas que apoiam a melhor tramitação e rapidez ao Estatuto do índio que se encontra no Congresso Nacional.

Se, eventualmente, alguns dos senhores e aqueles que nos acompanham forem abordados, não titubeiem, apoiem essas iniciativas para que o Estatuto dos Povos indígenas seja aprovado na velocidade necessária

em função do atraso das dívidas que toda população brasileira tem com relação a esses povos.

Nessa perspetiva, a Campanha da Fraternidade oferece esta grande oportunidade para que possamos levar as propostas da Campanha da Fraternidade a qualquer ambiente em que nos encontremos. Ela é destinada à sociedade e precisa ser vivida e testemunhada em todos os locais em que as pessoas se encontrem.

Por meio da Comissão de Justiça e Paz, juntamente com a Arquidiocese de Brasília e diversos movimentos pastorais que conosco se alinham, queremos mais uma vez agradecer aos representantes da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputada Maninha e ao Deputado Wilson Lima, pela iniciativa que tiveram ao requerer esta sessão e a todos os Parlamentares que aqui não se encontram por diversos motivos ou por desconhecer a questão indígena e a importância de lutar por ela, enquanto outros já foram registrados aqui por impossibilidade legítima de estarem presentes.

Solicito aos Parlamentares que compõem a Mesa que convidem seus pares para que empreendam essas tarefas. Que possamos novamente voltar, na próxima Campanha da Fraternidade, e perceber que valeu à pena a Campanha ser lançada na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Esperamos que ela venha a integrar o calendário de eventos desta Casa, para que, sendo uma ressonância dos anseios da sociedade brasiliense,

possa manifestar seu interesse em compartilhar com seus anseios e, mais do que isso, com suas lutas.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Quero responder à questão formulada.

Eu e o Deputado Wilson Lima estaremos apresentando um requerimento a esta Casa para que, definitivamente, não haja necessidade de um requerimento de Parlamentar para se lançar as futuras campanhas da fraternidade nesta Casa. Como disse o Sr. Hélio, que a Campanha da Fraternidade passe a ser parte do calendário anual.

Estaremos entregando o documento sobre a corrupção ao Presidente desta Casa, Deputado Gim Argello, para que se possa tomar como parâmetro aquilo que a Igreja Católica, por meio desse trabalho brilhante, mostra: a ética na política é necessária para que nossa sociedade reconheça seus representantes.

Eu gostaria de lembrar a todos que a sessão de lançamento da Campanha da Fraternidade de 2002, na Câmara dos Deputados, será no dia 7 de março de 2002, às 15h30min, no Plenário, no Congresso Nacional.

Ouviremos agora as palavras do Coordenador-Geral de Assuntos Internos da FUNAI, Cid Furtado Filho.

SR. CID FURTADO FILHO - Senhores representantes das comunidades indígenas, senhores componentes da Mesa, para a FUNAI é muito importante a abertura da discussão da questão indígena em qualquer

espaço possível. A FUNAI se solidariza com a CNBB e o Conselho Indianista Missionário com a adoção desse tema para o ano.

Para nós é muito importante que a sociedade nacional, por meio da força que a Igreja Católica tem, conheça essa discussão e os problemas das comunidades indígenas.

Sáo sempre importantes iniciativas como esta, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, de fazer essa solenidade para o lançamento desta campanha.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Ouviremos agora uma declamação de uma poesia da poetisa Maria Holanda Lopes.

SRA. MARIA HOLANDA LOPES - Bom-dia a todos!

Sou cantriz, poetisa e, o mais importante, católica praticante.

Fui convidada e agradeço a oportunidade de participar. Com este poema peço desculpa aos índios pela exclusão que nós, brancos, os fizemos passar. Peço perdão pelo assassinato do índio Galdino. A poesia encontra-se no livro "Grito".

DIA DE ÍNDIO

Dia de índio era dia de festa
Hora cívica, hino nacional e tudo
Sem boné, perfilados e com muito respeito
Meninos orgulhosos estufavam o peito
Vestidos de penas, colar e cocar,

Meninas pintam os corpos e começam a dançar
Mas o nosso índio onde é que está?
Era deles a terra, a história nos conta
Não tinham doenças, nem má intenção
Só a natureza seus corpos cobria
Inspirados em Eva, inspirados em Adão
Um golpe de mestre o "Grito de Cabral"
Passou a perna no índio e escreveu a Rei de Portugal
Bela terra o Brasil, aqui se plantando tudo dá
Pero Vaz de Caminha nosso escrivão,
Vai tudo relatar
Com os brancos vieram as doenças e as trapaças
O Deus que invocavam, lhes foi tirado
O Sol, a Lua, as estrelas, ficaram no passado
Com bugingangas foram enganados
Junto aos negros, foram escravizados
Confundidos com mendigos em Brasília, foram queimados
Dormindo ao relento, coberto pela noite
Ouvindo o som do vento, sonhando com os pássaros
Jovens gargalhando sem se importar com a dor
Puseram fim ao sonho da vida que calou
Não houve intenção de matar, a juíza falou
Puseram apenas fogo no cobertor

Mas do nosso índio, o que ainda resta?

Uma parada, museu, onde fazem festas

Todo dia é dia de índio

Que tendo as terras invadidas vêm para a cidade

Em busca de justiça

Olhando como bicho,

Temendo a multidão e sem saber falar

Ficam confinados na FUNAI, no terceiro andar." (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Obrigada, Profª Holanda. Agradecemos a sua presença.

Concedo a palavra ao Sr. Egon Dionísio, Secretário Executivo do CIMI.

SR. EGON DIONÍSIO - Representantes das comunidades indígenas, amigos, amigas, autoridades, Parlamentares, representantes de entidades aqui presentes, é claro que não temos muito tempo para expor aqui a grande quantidade de sofrimentos e violências que, hoje, os povos indígenas estão enfrentando neste país.

Eu gostaria apenas de lembrar que, enquanto os amigos pataxós representavam aqui a sua expressão artística e religiosa - o Toré -, talvez, neste mesmo momento, outro grupo de pataxós da região do Monte Pascoal, em Sebastião do Caí, está cercado de pistoleiros. Esse grupo foi empurrado para um pequeno vilarejo, sendo expulso de sua terra. Para os

senhores imaginarem a gravidade da situação, até a própria Polícia Federal foi recebida à baia por esses mesmos pistoleiros.

Isso é uma ousadia com relação ao não-reconhecimento daquilo que é fundamental e básico para esses povos: a terra.

O primeiro apelo que faço a cada um que está se solidarizando e abraçando essa campanha é que façamos dela um instrumento de vida e de fraternidade para que possamos garantir um terra de menos males a esses povos. Essa é uma questão fundamental. Sem isso, é possível que todas as nossas ações e boas vontades caiam no vazio.

Junto com a questão da terra - já foi feito aqui referências -, é fundamental que se procure regulamentar, de uma vez por todas, aquilo que a Constituição colocou que é o Estatuto dos Povos Indígenas. Já fizeram menção ao abaixo-assinado que está correndo pelas paróquias, comunidades, Internet, no site do CIMI, várias revistas, mas penso que esse é um gesto bem concreto de se solidarizar com o direito desses povos e o direito que está expresso numa proposta básica elaborada pelos povos indígenas apresentada em abril do ano passado no Congresso. Acho que essa seja uma dívida que o Congresso tem com os povos indígenas. Portanto, vamos pressionar este Congresso para que, de fato, seja aprovada a lei proposta pelos próprios povos indígenas, porque há outras propostas, inclusive de estatutos, muito mais afinadas com os interesses económicos, com aqueles que, historicamente, foram os que estiveram no processo de espoliação das terras indígenas e dos recursos naturais. Acho muito

importante que essa proposta básica, que está sendo apresentada por meio de um abaixo-assinado, transforme-se num gesto concreto.

Em terceiro lugar, já finalizando, eu gostaria de dizer que o poema da nossa amiga Holanda é muito lindo. No final, ele lembra o processo histórico de espoliação e o fato simbólico dessa violência que é o Galdino sendo queimado aqui em Brasília.

Quero lembrar que, a partir de domingo, uma comissão de cinquenta índios patachos, parentes do Galdino e as demais pessoas que estão sofrendo pelo mesmo processo de invasão de suas terras estarão novamente em Brasília. Esperamos que eles não sejam queimados nos bancos de praças ou nos bancos de parada de ônibus desta cidade.

Tenho certeza de que Brasília jamais verá cenas semelhantes a tal barbarismo perpetrado contra esses povos. Que a luta deles, pela terra, tenha, de fato, a solidariedade de todos nós, principalmente dos Parlamentares que apresentam grandes possibilidades de contribuir com eles nas diversas formas.

De forma especial, peço à igreja de Brasília, por meio do Arcebispo e de todos aqueles que estão com ele, principalmente dos membros da Comissão de Justiça e Paz, empenhados profundamente nesta Campanha da Fraternidade, que deixemos este gesto bem concreto, percebendo a presença da luta dos índios em Brasília como momentos históricos importantes, apoiando-os de todas as formas.

Eu gostaria de terminar dizendo que nós, na qualidade de Conselho Indigenista Missionário e de Missionários, pois faz trinta anos que me encontro à frente desse trabalho de solidariedade, na presença de povos indígenas, podemos dizer, com toda a sinceridade, que temos uma culpa histórica como instituição ou igreja. Temos cometido vários erros náo tanto do ponto de vista do genocídio, mas do ponto de vista de uma visão histórica, de uma cultura que foi se impondo, justificando-se e se sobrepondo à cultura desses povos.

Também podemos dizer, e com alegria, que tivemos a coragem histórica de fazer uma autocrítica de tudo aquilo que pode ter representado historicamente um processo somado ao processo de extinção de vários povos indígenas, mas também tivemos os gestos grandiosos históricos e, principalmente, o compromisso atual de estar ao lado dos povos indígenas deste País, com toda a coragem e com toda honestidade com eles, apoiando-os para que eles, na qualidade de protagonistas, tenham a autonomia de seu futuro e a possibilidade de vida.

Obrigado a todos e que estejamos comprometidos nesta causa. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Ouviremos a leitura da mensagem de Dom Raymundo Damasceno Assis, Secretário-Geral da CNBB, feita pelo Sr. João de Deus Gabriel.

SR. JOÃO DE DEUS GABRIEL - "Exmo. Sr. Deputado Gim Argello, Presidente da Câmara Distrital, em Brasília, no Distrito Federal.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, congratula-se com os Parlamentares do Distrito Federal ao lançar, a cada ano, a Campanha da Fraternidade.

Neste ano de 2002, a Campanha da Fraternidade tem como tema: "Fraternidade e os Povos Indígenas" e como lema, "Por uma terra sem males".

Ao refletir sobre a realidade dos povos indígenas, a Igreja convida a todos, governo e sociedade, à solidariedade para com os nossos irmãos e irmãs indígenas e ao resgate da dívida social que temos para com os primeiros habitantes do nosso país.

O tema e o lema da Campanha da Fraternidade lançam novamente o desafio, a todos nós, brasileiros, de construirmos uma sociedade onde todos e cada um, criados à imagem de Deus e com destino eterno, sejam respeitados nos seus direitos, tendo condições de vida conforme sua dignidade de filhos de Deus e irmãos em Jesus Cristo.

A Campanha da Fraternidade 2002, ao tratar dos povos indígenas, recorda-nos que podemos também aprender das culturas indígenas.

Esta Campanha da Fraternidade tem como objetivo motivar a conversão das pessoas, da sociedade e da própria igreja para a solidariedade, a justiça, o respeito e a partilha, dando especial destaque, desta vez, aos povos indígenas.

Saudações fraternas, Dom Raimundo Damasceno Assis, Secretário-Geral da CNBB." (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Ouviremos agora as palavras do Eminentíssimo Dom José Freire Falcão.

DOM JOSÉ FREIRE FALCÃO - Sra. Deputada Maninha, Presidente desta sessão de nossa Câmara Legislativa; componentes da Mesa, representantes das comunidades indígenas, minhas senhoras e meus senhores, sem dúvida o lançamento da Campanha da Fraternidade deste ano, por esta Casa, irá contribuir para despertar a consciência de todo o povo brasileiro, principalmente de suas autoridades, para a problemática indígena. Por isso, somos muito gratos a esta Casa, principalmente aos autores desta iniciativa, a Deputada Maninha e o Deputado Wilson Lima, por esta sessão tão significativa, e queremos dizer a todos que dela participaram o muito obrigado da Arquidiocese de Brasília. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Obrigada, Dom José Freire Falcão.

Para encerrar esta sessão, ouviremos mais duas músicas do Coral Padre Roque. Agradecemos, em especial, à Coordenadora Maura Figueiredo, por trazer estas crianças e adolescentes à Câmara Legislativa, não só para participarem da sessão, mas para uma aula, como considero, com a presença de nossos índios e da igreja, sobre o respeito, a solidariedade e a fraternidade.

Com vocês, o Coral Padre Roque novamente.

(Apresentação musical.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Agradeço, em nome da Câmara Legislativa, a professora Maura e ao Coral Padre Roque. Vocês nos encheram de alegria!

Agradeço a todos, em meu nome e em nome do Deputado Wilson Lima, pela presença. Esta sessão foi realizada graças as nossas equipes de gabinete e quero, em especial, agradecer ao Carlinhos, do gabinete do Deputado Magela, que nos auxiliou na realização desta sessão. Agradeço também à Marissol, Paulinho, Tetê, equipe de Cerimonial desta Casa e, também de modo especial, ao CNBB e aos povos indígenas aqui presentes.

Convido todos a cantarem o Hino a Brasília.

(Hino a Brasília.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Está presente a esta sessão a Professora Neuza França, Cidadã Honorária do Distrito Federal e autora deste belo Hino. (Palmas.)

Declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h59min.)